

História e Mito: O lugar dos documentos e dos relatos para os Truká

Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFRRJ)

A presente comunicação procura refletir os desafios postos ao trabalho do antropólogo em meio ao processo de reestudo de uma terra indígena. O povo Truká, localizado no submédio São Francisco, e habitando dentre outros espaços, uma ilha do rio São Francisco, vem instaurando uma luta pelo reconhecimento dos seus direitos, inclusive os fundiários. A constituição da identidade indígena vem acionando os elementos da memória e do pertencimento ao local, pensado enquanto o local de origem. Os processos instaurados pelo Estado Brasileiro têm implicado em relações com diferentes atores. No caso dos pesquisadores, os arquivos são percebidos e reivindicados enquanto fontes de legitimação por parte dos índios envolvidos.

Palavras chave: Povos Indígenas – Território – Estado – História - Memória

Introdução

Este trabalho¹ surgiu a partir de solicitação feita por lideranças indígenas Truká, reunidas na Funai em Brasília, na qual se reivindicou a constituição de um Grupo Técnico que pudesse instaurar o reestudo da terra Truká. Estávamos no mês de junho e os índios passaram a ocupar uma terra – Fazenda Toco Preto – no município de Cabrobó, alegando um vínculo não só com a terra agora ocupada e sim com uma extensão maior. Ao mesmo tempo, os índios sugeriram que fossemos encarregados da tarefa, tendo em vista a experiência acumulada junto aos Truká e aos processos de reestudo de terra, coordenados pela Funai. Resultando então na Portaria Nº 624, que nos autorizou a realizar o levantamento de campo na área reivindicada pelo grupo indígena Truká.

Desse modo, o trabalho que apresentamos à apreciação da Funai consiste em uma tentativa de exposição do quadro presente, utilizando os poucos dias de pesquisa, além das informações colhidas e do material produzido sobre o grupo, inclusive de relatório gerado por funcionário da Funai. Diante da tarefa posta e do tempo disponível, quer nos parecer que um caminho adequado

¹ O trabalho é, em parte, a Informação Técnica sobre a reivindicação Truká, baseada no levantamento de campo autorizado pela Portaria Nº 624/PRES, publicada no Diário Oficial em 17 de julho de 2007 e encaminhada à Funai em setembro de 2007.

é, partindo do presente e ouvindo as vozes dos envolvidos, explicitar o que está sendo dito nas solicitações, auxiliando aqueles que podem deliberar pelos encaminhamentos.

O principal objetivo foi o explicitar as relações entre o quadro presente, que gerou e suporta essas demandas e os materiais coletados que sustentam historicamente a atual leitura feita sobre o território Truká.

1. Condições de Pesquisa

Iniciamos o trabalho de pesquisa no dia 10 de agosto de 2007 e o encerramos no dia 17 do mesmo mês, quando viajamos à Brasília. No momento da chegada à região, no dia 25 de julho, (re)estabelecemos contato com o Chefe de Posto Truká e fomos no dia seguinte até a chamada ‘Retomada Truká’, quando conversamos com as lideranças indígenas e estabelecemos a rotina de trabalho a ser adotada. Deliberamos que iríamos primeiro realizar os trabalhos junto aos Tumbalalá² e a seguir, passaríamos a realizar o trabalho com os Truká.

Deixamos claro também as limitações do trabalho que pretendia realizar: não se poderia confundir o exercício do levantamento de campo, proposto na Portaria nº 624, com as atribuições de um antropólogo coordenador de um grupo técnico (GT) encarregado de proceder ao reestudo de uma terra indígena. Já que num trabalho de coordenação de um GT estamos respondendo aos exercícios que são determinados pela conjunção do Artigo 231 da Constituição Federal, o Decreto-Lei 1775 e a Portaria 14, ambos de 1996, que redefiniram os procedimentos administrativos de reconhecimento oficial das terras indígenas. Ao contrário, o esforço se dirigiu para o esclarecimento dos elementos que compõem o atual movimento, especialmente, naquilo que fundamenta a presente demanda por uma expansão dos direitos fundiários, sendo essa uma demanda apresentada pela Funai, para que então pudessem ser instaurado um GT encarregado de proceder ao reestudo da Terra Truká.

Realizamos poucas visitas à área ocupada, procurando instaurar um diálogo que nos permitisse entrevistar alguns dos participantes, escolhidos pelo grupo, e que espelhassem a situação geradora de tal movimento. Além do que, buscamos ouvir as lideranças mais antigas e que

² Estava realizando trabalho de campo complementar ao Grupo Técnico encarregado de proceder aos Estudos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá (Bahia).

pudessem comentar o atual cenário. Os Truká fizeram um cadastramento de todos os índios que estão participando da reivindicação de expansão da Terra Truká, a chamada Retomada. Fizemos sugestão de se agregar elementos que permitam caracterizar as relações de parentesco. Finalmente, e embora não fosse o objetivo, por solicitação dos índios, fizemos uma pequena incursão em parte das terras que estão sendo reivindicadas. Gravamos entrevistas, fizemos uso de fotografias e filmamos algumas incursões.

2. Situando o quadro atual

*Contramestre
Contra guia
Vamos trabalhar gentil
Me lembrei da nossa mata
Eu também já fui brabio
(linha cantada durante os trabalhos Truká)*

Como é de conhecimento da Funai, em junho último, os Truká fizeram uma ocupação na Fazenda Toco Preto, reivindicada enquanto Terra Truká, e estão solicitando à Funai que proceda ao reestudo das suas terras, permitindo-lhe incluir uma extensão de terra que se encontra à margem do rio São Francisco.

Como tal reivindicação acontece no mesmo momento em que estamos na região passando por um confronto entre os chamados movimentos sociais e o projeto do governo federal chamado de ‘transposição do São Francisco’, é importante trazer tal questão para o interior do presente trabalho. Como o ponto de captação do Eixo Norte estará localizado a poucos quilômetros à montante da Ilha de Assunção e da Terra Indígena Truká, a presença do canteiro de obras provocou reações por parte das lideranças desse povo indígena. O que gerou uma reação em termos de uma situação conflitiva e de uma luta pelos direitos indígenas, inclusive fundiário.

Segundo o Estudo Etnoecológico

Na Terra Indígena Truká, o estudo etnoecológico foi recebido com bastante resistência. Isto se deve ao fato dos Truká se posicionarem contra o Projeto de Integração em pauta, além de estarem passando por um momento político dramático, no qual a atuação do governo federal ter sido questionada por este povo. As lideranças Truká têm (...) muitas dúvidas sobre o projeto (2005: 4)

Em termos históricos, pode-se destacar que a história dos Truká pode ser apresentada a partir dos registros históricos e da memória oral dos índios. Em termos históricos estamos numa região em que abundam os registros da presença missionária, atraídos pela existência de um conjunto

expressivo de índios, muitos já fixados nessa região. Ao mesmo tempo, temos a ocupação do território pela concessão de datas de terra, e a criação de gado, feita de forma extensiva e que gerava conflitos com o projeto missionário.

No trabalho desenvolvido durante o mestrado (BATISTA, 1992), fizemos uma recuperação da documentação que historia a Aldeia de Assunção, fundada, provavelmente, ao final do século XVII. Aí já está registrado o impacto de uma grande enchente, em 1792, e que provavelmente foi responsável pela destruição das construções da Vila e da Aldeia indígena. As ruínas de uma igreja que existem no interior da ilha são associadas a esse momento.

A partir do século XIX, pelos registros pode-se perceber uma situação de conflito entre os índios – que moravam no interior da ilha – e os ocupantes não-indígenas. A disputa envolvia o controle da terra, dos rebanhos e da mão de obra indígena. Com a venda da ilha em 1920, pelo Bispo de Pesqueira, os índios são colocados enquanto foreiros, o que vai conduzir ao agravamento dos conflitos e a uma busca pelos direitos originários desse povo indígena. É importante destacar que tal processo de enfrentamento levou os Truká a lutar pelo seu território a partir de uma identidade étnica que legitimava sua presença naquela área. E que

de acordo com a memória Truká, sua trajetória histórica tem um momento marcante, sobre o qual os índios não sabem a data exata. Segundo os índios, a Ilha era fisicamente ligada ao estado de Pernambuco e, após um dilúvio, um pedaço de terra é separada, provocando o aparecimento da ilha, que ainda não possuía nome. Após o dilúvio, aparece uma mulher não índia, que sabendo da existência de uma imagem de santa na Ilha convence os índios a construir uma moradia para esta santa. Então é construída uma Igreja para colocar a santa (Nossa Senhora Rainha dos Anjos) e os índios passam a morar nela com os padres. Esta é a explicação dos Truká para o período em que passam a ser aldeados em missões de catequização. Antes de passarem a morar com os padres na igreja, os Truká se identificam como ‘brabos’ ou ‘brabios’. Para contar e respaldar sua história, os Truká apontam as ruínas presentes na Ilha, que são a prova da existência das missões em seu território. (Estudo Etnoecológico, 2005:13)

Observamos que desde as primeiras pesquisas realizadas na década de 1980, os índios Truká fazem referência a uma condição de existência num momento anterior ao que se chama de ‘*dilúvio*’. Os índios que então existiam são os antepassados dos que existem hoje, desse modo, ser Truká é ter no seu passado os ‘*brabios*’, que habitavam a ilha antes desta ser uma ilha. Desse modo, onde hoje é Pernambuco, os índios viviam, transitavam e percorriam até o interior da hoje ilha de Assunção, podendo atravessar a nado e a pé, onde hoje temos a Bahia, e o rio é o chamado *rio grande*.

Enfatizamos que no contexto da pesquisa realizada no final da década de 1980 não se fez presente uma reivindicação como a que está sendo feita no atual momento. Contudo, os elementos que estão sendo acionados são os mesmos já disponibilizados e que foram por nós transcritos quando da apresentação da dissertação de mestrado (BATISTA, 1992). A ilha da Assunção foi alvo de registros por parte de diferentes atores: viajantes, missionários e encarregados administrativos. Em comum aos registros está a situação privilegiada da ilha, uma faixa de terra extensa com acesso à água, numa região onde tal elemento é sempre muito parco, o que implica numa situação de dificuldades para a fixação humana. A terra sempre se colocou como o elemento de destaque presente na formação do aldeamento, do povoado e da vila da Assunção. E foi a terra que aglutinou o grupo que realizou gestões junto ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios), buscando garantir alguns direitos, inclusive fundiários.

Temos um cenário que desafiou a pesquisa realizada à época, com situações vividas ao longo do período. A Diretoria dos Índios, criada em 1846 e extinta em 1872, e a busca do reconhecimento da situação de ‘remanescentes indígenas’, na segunda metade da década de 1940. Um período longo e marcado por mudanças políticas, pois tivemos o final da Monarquia e a criação da República.

Numa carta datada de 14 de agosto de 1857, o Maioral da Aldeia de Assunção registra diversas queixas, especificando que após a independência do Brasil pessoas poderosas da região apossaram-se da Ilha da Assunção, tornando-a a Sede da Freguesia e sem título legal consideraram a melhor parte da ilha patrimônio da Comarca. Após a transferência da Sede da Ilha para Cabrobó, a Comarca Municipal fez arrendar, por nove anos, toda a ilha e o grupo de ilhotas a ela pertencente, ficando os índios dependendo de favor dos rendeiros para manter as suas criações unidas e plantar para a sobrevivência. Para completar o processo o Juiz Municipal mandou colocar em hasta pública o gado dos índios e promoveu perseguição e escravização dos índios da Aldeia de Assunção.

Fato destacado pelos índios, durante a pesquisa, e que funciona como um marco é a venda realizada pelo Bispo de Pesqueira, em 1920, de toda a Ilha da Assunção para alguns proprietários. Acompanhando o processo administrativo é possível resgatar tal situação. A ilha foi vendida baseando-se na afirmação, não comprovada, de que esta pertencia ao patrimônio da igreja matriz, o que a tornaria passível de sofrer alienação. No entanto, não se teve o cuidado de exigir nenhum

documento que atestasse tal situação. A venda foi efetivada, através de um procurador oficial do Bispo e os novos proprietários receberam escrituras da compra realizada.

Através da memória oral dos índios mais idosos ou utilizando os escassos registros escritos encontrados, não é possível detectar nenhuma alteração significativa entre os anos de 1920 e a década seguinte. Os recibos de pagamento de foro permaneceram e as disputas em torno da terra só vieram a se estabelecer no decorrer da década de 1940.

Tal situação aponta para a hipótese de que a venda da ilha, ao ser efetuada, não implicou, durante algum tempo, em alterações significativas para aqueles que viviam nas terras da ilha. É possível se construir tal explicação fazendo-se referência à relação mantida por muitas comunidades com a terra. O uso do termo comunidade remete a Weber (1977:315 ss) em que se diz que a idéia de comunidade remete a sentimentos subjetivos da existência de uma vinculação num grupo distinto e onde se está unido a uma atuação qualquer (geralmente política). Nesse sentido, o grupo étnico é um momento da comunidade, pois ele crê num parentesco de origem. A comunidade pode criar sentimentos coletivos que subsistem depois dela ter desaparecido e que são sentidos como étnicos. O sentimento de unidade étnica transcende a presença de qualidades distintivas claras.

No decorrer de gerações, um grupo humano vive a vida numa relação de extrema intimidade com o seu território. Não se colocando questões como titulação, posse ou algo relacionado. É o que pensamos quanto ao pagamento de foro pelos Truká: este não implicou numa relação efetiva de foreiro ou posseiro, como pode ser depreendido em outros contextos.

Parece-nos que ocorreu uma relação de ‘dívida para com a Santa’, reconhecida até hoje como a legítima proprietária de toda a ilha. Partindo dessa realidade, os Truká sempre se colocaram como os ‘filhos da Santa’, ao serem convertidos ao estado de civilização e que mantinham uma relação de subordinação para com os padres, pois estes eram os representantes da Santa.

Daí a epígrafe escolhida para o item: o jogo entre *brabio* e *gentil* e com os ambientes que lhes correspondem e caracterizam: *mata* e *aldeia*. Desta forma, o foro era destinado ao uso deste patrimônio, não entendido enquanto um direito de propriedade. É uma condição que se expressa através de um universo de relações.

Um dos elementos que serve para apoiar o caminho adotado na nota técnica, é a de que a Ilha existia antes mesmo de ser uma Ilha, e ainda neste momento os moradores são reconhecidos como os ascendentes dos atuais Truká. O papel da Santa é o mesmo – guardada as devidas proporções – daquele ocupado pela lembrada Dona Brígida, que conseguiu convencer os *bravios*

(*brabios*) da necessidade de se dar uma morada digna para a imagem de Nossa Senhora da Assunção.

Antes de citarmos o depoimento de duas índias, queroemos fazer uma observação. Os Truká quando falam sobre o passado, remete-se a um primeiro momento, chamado de *antes do dilúvio*, quando a terra era ligada ao estado de Pernambuco e o rio São Francisco os separava do atual estado da Bahia. Esta narrativa não é passível, partindo-se dos elementos acionados pelos índios, de ser situada em termos de uma cronologia mais linear. Continuando com o discurso captado no momento da pesquisa, os truká dizem que ocorreu um dilúvio, que provocou a separação desse pedaço de terra, criando assim a ilha, ainda não conhecida como *da Assunção*. Após o dilúvio apareceu uma mulher branca, sabedora da existência de uma imagem da Santa – Nossa Senhora Rainha dos Anjos – que conseguiu convencer os índios – que eram *brabios* e ignorantes – que a Santa merecia ser colocada dentro de uma construção e não ficar numa palhoça. Assim, dona Brígida fez com que a grande igreja – hoje em ruínas – fosse construída e os índios passaram a viver com os padres dentro da ilha.

Na cidade de Cabrobó existe, ainda hoje, a antiga igreja matriz construída em 1847, graças à generosidade de Brígida de Alencar. Alguns índios tendem a associar as duas construções como sendo resultante da mesma Brígida. Acontece que a igreja construída no interior da ilha de Assunção remonta ao século XVII, sendo que a ruína da construção iniciou com uma grande enchente ocorrida em 1698. Não se obteve registros da origem da construção. Passemos então aos trechos colhidos e que descrevem tal cenário.

O pai do meu pai quando era um marrotezinho (o termo marrote significa um pequeno bezerro, fazendo-se aí a associação com o ciclo de crescimento humano e o do gado) e andava com o pai dele por aqui. Ele contou p'ro meu pai, eu mesmo num ouvi porque num alcancei ele (...) que essa ilha era toda da Santa e que ela possuía muito gado e que os bois era tudo marcado com uma cruz, que era a marca da Santa. Nesse tempo tinha muita cana, engenho de fazer rapadura e que se vivia sem pagar nada (...) ele contava que antes dele aqui foi muito rico e tinham sobrados, curral cheio com o gado da Santa, polícia, cadeia e casa de assembléia (...) não, ninguém alcançou a igreja em pé, porque isso foi dos tempo dos antigos. (Maria Lucinda, 60 anos)

Minha avó contava que os índios da ilha tinham muita religião (...) as mulheres viviam por debaixo dos pés das ingazeiras, catando os piolhos das crianças, enquanto os homens iam pescar no rio. (...) os homens faziam canoa e viviam pescando e criando boi e cabra, porque não gostavam de plantar. (Maria de Lurdes, 41 anos)

No atual momento, quer nos parecer que é mais importante e significativo tentar compreender como um grupo específico constrói sua história, atentando para os momentos e elementos

destacados. Estamos diante de estratégias utilizadas pelos Truká para conservar a lembrança do passado e construir a memória da história do grupo e do lugar. Observemos que estamos nos situando num cenário que é móvel, pois o rio e a terra passam / passaram por transformações, do mesmo modo, os homens também passaram / passam por transformações.

Seguindo a sugestão feita por M. Halbwachs (2006), podemos indicar a memória social como um discurso que fala do passado e do presente, sendo a interpretação do passado um jogo que projeta e reafirma (desloca / amplia) a identidade criada e vivenciada pelo grupo no presente. É o movimento que buscamos fazer nesse exercício marcado pelas contenções e possibilidades apresentadas.

Desta forma, deparamo-nos com duas situações, que não são excludentes, embora se façam a partir de conexões próprias. A primeira, que chamamos de nacional, é aonde vamos nos deparar com a criação de agências governamentais, com a edição de atos, regulamentos, leis e correlatos, além dos circuitos que pressupõe conhecimentos formais que não são acessíveis a toda a população.

A segunda situação é o que chamamos de local, onde grupos efetivamente vivem, muitas vezes, sem sofrer diretamente ações emanadas da primeira situação. É claro que as duas situações interagem, no entanto, é preciso se analisar com mais cuidado, pois a passagem da primeira para a segunda não é automática, além do que, na segunda situação, as ações são compreendidas e explicadas partindo-se de outros referenciais não percebidos no primeiro. O que buscamos aqui destacar é que a extinção da Diretoria dos Índios ou a venda escriturada de toda a ilha pode não ter implicado numa desestruturação de uma comunidade indígena. Ao contrário, o que parece ter acontecido é uma reação articulada a partir do momento em que as relações em vigor passaram por alterações significativas. A partir do momento em que os ditos proprietários, percebidos até então como cobradores de foro, tentaram exercer os seus direitos de cobrança monetária e praticando aumentos não tradicionais. Do mesmo modo, os deslocamentos e expulsões dos moradores, além da utilização dos terrenos que eram, até então, reservados para o plantio de vazante, como pastagem para os rebanhos, os moradores reagiram, buscando o que se pode caracterizar como direito ao território ocupado pelos antepassados, se baseando nos nexos fornecidos pela memória.

No processo de enfrentamento, os moradores, através de um deles, resgataram / (re) construíram toda uma história de unidade coletivamente existente. A aldeia que existiu naquele trecho do rio

São Francisco, seus sentimentos de descendência de *índios brabios* foram trazidos para um primeiro plano. Dentro dessa situação, a questão e os conteúdos priorizados passaram e passam necessariamente pela relação com a terra a partir de uma identidade assumida coletivamente.

É importante destacar que tal narrativa não apontava para um projeto de recuperação da terra percebida como já tendo sido ocupadas pelos *brabios*. Acontece que, no atual contexto, tal elemento foi sendo enfatizado e se faz um imperativo. Deseja-se recuperar a terra dos Truká, implicando em se atravessar o rio São Francisco e se localizar no município de Cabrobó. Embora reconheçam o direito ao território que está no estado da Bahia, reconhecem também que os Tumbalalá ocupam ou reivindicam essa terra, por isso, cancelam a demanda e o reconhecimento do direito. Destacamos então a narrativa que colhemos no atual momento

- O senhor me disse que os antigos falavam dessa ilha antes da enchente. Como era essa história?

Meu tio Antonio (Ciliro) falava, que foi quem me acabou de criar, fiquei com 14 anos. Nós pescava lá no rio, de noite, foi o pai dele que contava, que outros contaram pra ele. **Que aqui era terra firme, foi a enchente que fez essa ilha, foi a enchente** de 1806 que dividiu essa ilha no meio, parece que tá com 200 anos...

- O seu tio dizia que essa aldeia era terra firme e...

Ele dizia que era terra firme.

- E essa terra, da aldeia, ia até aonde?

Era cinco léguas pra cá, para Pernambuco e era cinco léguas para a Bahia, sendo que p'ra Bahia é terra Tumbalalá. Cinco pra baixo e cinco pra cima (...) ainda lá era tia e madrinha dele ... por baixo do Cachoí (...) **meu tio contava, que tinha ouvido do pai dele, que tinha ouvido do velho avô dele. A igreja velha da Assunção era no meio da ilha, com a enchente acabou-se, derrubou** (...) É, porque as ilhas no meio d'água é mais fácil, mais p'ra cá, em terra firme é mais difícil (também acho). **Agora, pelo dito do meu pai e outros que tinha, nós tinha direito a cinco léguas no Pernambuco, tá entendendo?** (cinco léguas a partir de onde? Como é que eu penso isso? Uma légua são seis quilômetros. Se são cinco, são trinta quilômetros. Se são trinta, é começando da onde e terminando aonde? O senhor tem idéia disso?) **a idéia é essa, é da frente da ilha. Nós tem direito**, mas no meu pensar, eu não vou atrás disso, dessas cinco léguas

(por quê?) porque o que eu me interesso mais, **se fosse tomado a frente da ilha, tá entendendo? Nem que ficasse, se existisse o direito da pista pra o rio, eu era mais interessado, porque nós tava com a frente da ilha tomada, alguém de fora não podia vir sem terra tomar a frente nossa** (tá, tô entendendo) Ta entendendo? Que é como eu disse a Neguinho: - tá Neguinho, de todo modo, **você não precisa aprofundar p'ra frente. O importante é nós tomar toda a frente da ilha, p'ra não dar direito a outro, sem-terra como tinha um bocado aí. Então a gente pega a frente da ilha e ocupa com a nação que tem. Se ela tem o direito de cinco léguas lá p'ra caatinga, eu não ia atrás disso. Pegar dali p'ra cá, pegasse ali pelo escurinho, eu ficava satisfeito. Ficar tudo ocupado na beira do rio, tomando a frente p'ra ninguém chegar p'ra vim nos perturbar**, porque aqui tem nos perturbado. Aí chega gente no outro lado e

vai perturbar nós aqui, vem o bom e vem o ruim, como tem o bom e o ruim, socado aqui dentro dessa ilha. Então, se isso fizesse assim, eu acho que dava p'ra pessoa quebrar o galho. **Existindo o direito e nós pudesse avançar uma légua assim ou duas, que der p'ra alcançar, ou menos de duas. Então, nós ficasse tudo por nossa conta, nós queria a frente do rio, p'ra ninguém encostar na beira do rio** (ninguém chegar na ilha de vocês) justamente. Mas tem outro que já vem contra, já querem mais, pela Serra da Bananeira (...) se pegar da pista p'ra cá, da minha mente, não é a dos outros, p'ra mim é muito bom.

- o senhor acha que esse pedaço que está no Pernambuco, as pessoas que estão vivendo nesse pedaço, são da aldeia?

Eu acho que têm muitos que não, que eu vá falar, eu não conheço o povo. Eu conheço muito pouco, eu escuto falar dessas regiões. Eu acho que aí tem mais particular que da nação. (Os destaques foram feitos por mim, para enfatizar os pontos mais destacados no atual momento).

Estamos diante de um movimento amplo instaurado pelos Truká em que se luta para reconquistar as suas terras. O que se está hoje apontando é diferente do que se enfatizou num momento anterior. Contudo, em termos de memória e de reconhecimento, no decorrer do trabalho de pesquisa, nos deparamos com diversos elementos. Em termos históricos, a região que está sendo posta sob o foco de discussão, foi alvo de diversos relatos e registros, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Podemos subscrever o trecho escrito por Ivson Ferreira

Os dados históricos não somente evidencia a continuidade de uma população que se identifica distinta desde os primórdios da colonização, mas também enfatiza a legitimidade hoje de suas reivindicações territoriais junto ao órgão indigenista oficial. **Tento assim demonstrar e comprovar que os documentos consultados servem para determinar que essa região – o chamado submédio São Francisco – constituía território de inúmeros povos indígenas, e que teve desde o final do século XVII e início do século XVIII, sua ocupação efetivada através das concessões de sesmarias, com os currais de gado e o trabalho de catequização feito por missionários de diferentes ordens religiosas, que resultaria, apesar da repercussão negativa para a maior parte dessas populações, na criação de um conjunto expressivo de aldeamentos indígenas.** (FERREIRA, 2006:24)

Observando os materiais que já foram produzidos e considerando que os aldeamentos indígenas eram estabelecidos, freqüentemente, em territórios que pertenciam aos índios, principalmente ao longo do rio São Francisco, as suas margens e ilhas. Podemos inferir que a presença histórica de um aldeamento – como é o caso em tela – não implica em restringir a compreensão do que vem a ser o território tradicional Truká. Ao contrário, podemos dizer que essas áreas estão sendo, no atual processo, reivindicadas enquanto uma terra tradicionalmente ocupada. O fato de se ter uma não ocupação no momento presente não implica num rompimento ou num enfraquecimento da identidade étnica indígena Truká. Tanto que ao se descrever a origem do Povo Truká e da Ilha de Assunção e da Santa que os protege, sempre se fez referência ao momento anterior, quando a ilha

não era ilha e os Truká eram os brabios. Por isso, sugerimos que se deve buscar explicitar melhor **a reivindicação desta área enquanto tradicional**. Os índios expressam no atual momento uma reivindicação que é, ao mesmo tempo, uma expansão e um retorno à terra ancestral. E que podemos dizer que vem sendo possibilitada há muito tempo, e que se conecta ao processo de lutas que possibilitou a reconquista de toda a ilha de Assunção, em Cabrobó.

Por essa razão, passaremos a expor no próximo item os elementos presentes em diversos trabalhos e que servem de subsídios para a pretensão de um reestudo da terra indígena Truká. É preciso ampliar a compreensão de uma ocupação tradicional, envolvendo os Truká e que vá além da Ilha de Assunção.

3. Destaque no material coletado para situar a demanda Truká

As lideranças indígenas procuraram justificar a existência de muitos participantes na atual retomada e que alegam estar sem terra. Não fizemos nenhum exercício de cadastramento ou questionamento da legitimidade dos presentes ao movimento atual. Somente perguntamos, durante a primeira reunião, como teriam surgido tantos truká sem terra. E também indagamos da procedência dos jovens que estavam acampados na atual retomada. Acreditamos que se tocou em um ponto mais delicado para muitos, ao dizer que os índios se relacionam a outros índios, desse modo seria interessante demonstrar as relações de parentesco, pensando que muitos, em tese, já estão cadastrados na Funasa. A partir daí se acionou uma equipe indígena que procedeu a elaboração e aplicação de uma Ficha de Identificação.

Ao mesmo tempo, alguns índios fazem referência aos documentos que foram localizados e que determinam uma relação privilegiada dos índios com as terras da região. No caso específico, o texto conhecido como “Contradicta” (citado na bibliografia) e no qual se descreve as ilhas e ilhotas da região, destacando todos os aldeamentos que foram fixados. O termo Cariri é identificado pelos índios como sendo equivalente a Truká. Conversamos longamente com um índio com mais de 80 anos e que enfatiza sua história de luta, que teria se iniciado quando tinha 20 anos. O que é dito aponta para a existência plena dos índios aqui, na ilha, e que, apesar da aparência (está se referindo ao tipo do cabelo e a cor da pele) ‘*um tronco não resiste se a raiz não for boa. Eu sou do sangue da aldeia*’. A idéia que se apresenta é do índio enquanto o criador do mundo. Por isso, é tão importante recuperar o patrimônio, que está descrito na Contradicta. Na época de Acilon, quando o texto foi recuperado, pôde ser **identificado o direito da aldeia Turká**

como sendo o de quatro léguas. Também se dizia que **a aldeia tinha a divisa dela, passando pela Serra da Bananeira.** *‘Se você andar por lá, vai ver como têm as nossas marcas em cada pedaço. Tem cemitério, tem encanto, tem lugar de força. É só procurar’.*

Por outro lado, alguns índios, quando entrevistados (formal ou informalmente) enfatizam a legitimidade da atual luta. Fazem referência a diversos marcos que delimitariam as chamadas extremas da aldeia Truká. Em comum, em meio aos relatos e discussões, está a clareza de que num momento originário, **não haveria separação entre a Ilha de Assunção e as terras do (assim chamado) Pernambuco.** E que os baianos eram separados pela igreja (referem-se à construção da igreja mais antiga no interior da ilha de Assunção), quando esta construção ainda estava de pé. Para muitos, quando lembram que os mais antigos descreviam caminhadas para os portos na Bahia, e se fazia a pé, ou se ia a nado. Diante do cenário atual, com a grande distância entre a ilha de Assunção e a margem baiana, além da profundidade e da força do rio, é impensável tal possibilidade. Nadar da ilha até os baianos não é algo concebível hoje, o que serve de reforço ao que se descreve, por parte dos mais antigos. Não existia a ilha e o rio São Francisco era estreito. Em decorrência, os índios ocuparam, originalmente, um espaço maior, sendo que agora se concebe como sendo a terra Truká.

O meu avô dizia que esse era nosso território e que um dia ele ia ser nosso. Que ele ia até o Pernambuco. Os baianos era separado pela Igreja, a igreja que ainda tava de pé. Os meus pais andaram por aqui (está se referindo a Serra do Bendó), vinham caçar e me contavam que tinha muita pedra com as escritas, dizendo que aqui era nosso. (...) nessa época nós vivia escapando pescando, caçando e era tudo muito duro e eles dizia que nós tinha nossa terra prá lá e que um dia ia ser nosso. (Seu José João Delfino, conhecido como Zé do Galo)

Para os Truká, como muitos dos mais velhos morreram, é como se a herança tivesse ficado esquecida e agora é o momento de se lutar para recuperá-la. Com o trabalho do toré, os índios voltaram a caminhar e estão **levantando a aldeia**, expressão de grande destaque nos argumentos Truká. Os índios ficaram desabrigados porque os brancos ‘tomaram de conta’ e agora é chegado o momento de se ‘recuperar a herança’.

4. Uma indicação de caminhos

Propusemos, ao escrever a Informação Técnica, que no caso presente, fosse adotada a perspectiva desenvolvida por Ferreira, quando da análise do caso Truká nas Ilhas Tapera e São Félix, e que se encontra nas chamadas Considerações Finais do seu Parecer Técnico:

O objetivo do Parecer é tentar explicitar como vem se construindo esse processo de ‘reconquista’ territorial para os Truká, através do forte vínculo que é demonstrado por eles em propor uma extensão do raciocínio, indicando a necessidade de maiores estudos, por parte da Funai. relação às áreas pleiteadas hoje, mesmo que a princípio a ‘escolha’ dessa área não estivesse relacionada em suas reivindicações a uma terra considerada ancestral. (FERREIRA, 2006:24)

Diferente do movimento instaurado pela liderança Truká em 2002/2003, o atual movimento Truká indica uma área escolhida e pensada, desde o início, como uma terra ancestral.

Seguindo Ferreira, destaca-se que os dados históricos não somente evidencia a continuidade de uma população que se identifica distinta desde os primórdios da colonização, mas também enfatiza a legitimidade hoje de suas reivindicações territoriais junto ao órgão indigenista oficial (Op. cit., p. 24). Pode-se advogar a tese que essa região – o chamado submédio São Francisco – foi o território de inúmeros povos indígenas. Mesmo que não se tenha (ainda) localizado documentos que sirvam para sustentar historicamente um aldeamento Truká que extrapole a Ilha de Assunção, pode-se sustentar que os Truká exibem vínculo com a área pleiteada, numa perspectiva de **ocupação tradicional**, uma vez que essa ‘nova’ terra é concebível, no atual momento, como uma extensão da terra originária Truká.

Ao questionamento de uma ausência Truká no espaço que está sendo agora reivindicado, Ferreira afirma que

o fato de se verificar algum período da história dos Truká que remeta a momentos de descontinuidade da sua presença física nas áreas mencionadas, não implica numa ausência de direitos às mesmas, pelo contrário, reafirma o processo de esbulho a que estavam submetidas às populações indígenas desde os primórdios da colonização do Brasil. (Op. cit., p. 25-26).

Os próprios aldeamentos que servem de referência a diversas propostas de terras no Nordeste, eram estabelecidos geralmente em territórios que pertenciam aos índios, principalmente ao longo do rio São Francisco, nas suas margens e ilhas. E mesmo a política de aldeamentos que se implantou, não foi suficiente para proteger os índios da ganância dos criadores de gado. São inúmeros os registros de conflitos entre missionários, índios e curraleiros, que culminaria mais tarde, já na segunda metade do século XIX, na política de extinção dos aldeamentos existentes até então. (FERREIRA, op. cit., p. 26)

As razões do fenômeno indígena no espaço pernambucano (cujos limites atuais não correspondem aos do século XIX) podem ser buscados no binômio incorporação / resistência. Algumas das comunidades atuais correspondem a aldeamentos já existentes nos séculos XVII e

XVIII e que resistiram a investidas de bandeirantes e criadores de gado etc., ou descendem de remanescentes indígenas que fugindo a pressão / incorporação, buscaram pontos então inacessíveis aos invasores brancos, como a Serra Negra, o mais citado pelos índios de hoje. (BATISTA, 2003: 259 In Ferreira, op. cit., 2006, p. 26)

Finalmente, observem que a ótica de análise desenvolvida por Ferreira, para o caso dos Truká nas Ilhas Tapera e São Félix pode ser estendida para o atual quadro. Por isso, quando Ferreira diz que não se pode argumentar hoje que as ilhas Tapera e São Félix, por estarem ocupadas por não índios, não constituíram áreas historicamente identificáveis enquanto parte antigos territórios indígenas, fazemos o mesmo uso e dizemos que a atual reivindicação deve ser posta sob uma chave de análise mais ampla. É importante chamar atenção outra vez, que o fato de terem os Truká se ausentado temporariamente daquelas ilhas que hoje fazem parte de suas reivindicações territoriais não os destituiu do direito legítimo de as reivindicarem enquanto tradicionais. Em momento algum se observa que o lapso de sua ausência ali condicionou um rompimento ou enfraquecimento da sua identidade étnica indígena. (op. cit., p. 27). Do mesmo modo, o fato dos Truká terem se restringido em certo momento à Ilha de Assunção, não deve nos obrigar a pensá-los enquanto apenas vinculados ao espaço da ilha. Ao contrário, achamos que o exercício apresentado, mesmo que restrito, é capaz de ilustrar possibilidades que estão sendo desenvolvidas nos trabalhos do atual Grupo Técnico.

Referências bibliográficas

BATISTA, Mércia Rejane Rangel

1992 – De Caboclos da Assunção a Índios Truká. Estudo sobre a emergência da identidade étnica Turká. Dissertação de Mestrado. PPGAS / MN / UFRJ. Rio de Janeiro.

2000 – O desencantamento da aldeia – relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Truká – GT Portaria N° 065 / PRES / Funai / 99.

2001 – Os Tumbalalá – Laudo Antropológico do Grupo Autodenominado Tumbalalá. Bahia. Volume I. Rio de Janeiro, UFPB / UFRJ.

2003 – Em busca da aldeia. Relatório sobre a situação dos Truká que estão vivendo na Tapera – Orocó/PE. 1ª Versão, Campina Grande, UFCG.

2005 – Os Tumbalalá – Versão Preliminar do Relatório Circunstanciado da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá (BA). Funai.

FERREIRA, Ivson J.

2006 – “... saindo de minha casa e vindo pra outra casa”. Parecer sobre os Truká das Ilhas Tapera e São Félix – Orocó/PE. Recife.

HALBWACHS, Maurice

2006 – A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro.

MONTEIRO, Eliana de Barros

2008 – “Eu já vi água ir embora (...) com natureza não se mexe, (...) eu já vi água ir embora”.

Os truká (PE), ‘grandes projetos’ e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea. Trabalho de Dissertação em Antropologia Cultural. UFPE. Recife.

OLIVEIRA, João Pacheco de

2004 – “A viagem de volta: etnicidade, política e re-elaboração cultural no Nordeste indígena”. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2ª edição.

PEREIRA DA COSTA, F. A.

1905 – Contradicta – As pretensões do município bahiano de Curaçá sobre a passagem da Boa Vista no rio S. Francisco, Typ. do Diário de Pernambuco.

2005 – Estudo Etnoecológico Terra Indígena Truká. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. – Atendimento às Condições da LP nº 200/2005. Ministério da Integração Nacional.

WEBER, Max.

1977 – Economia y Sociedad. México: Fondo Económico de Cultura.